

RESULTADOS

Pesquisa AMB 2015

A AMB
quer ouvir
você



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 5

RESULTADOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1) Presentemente, o (a) Sr. (a) se encontra: 1. Em atividade = 2.653 (74,3%) | 7 |
| 2. Aposentado = 919 (25,7%)..... | 7 |
| 2) Por favor, indique o ramo e instância em que atualmente o(a) Sr.(a) atua. | |
| No caso de aposentado, o ramo e instância em que se aposentou: | 7 |
| 3) Idade: (média) | 7 |
| 4) Sexo: | 8 |
| 5) Cor: | 8 |
| 6) Por favor, assinale no quadro abaixo o grau de instrução de seus pais: | 8 |
| 7) Qual é a faixa de renda de seus pais? No caso de pais falecidos, qual era: | 9 |
| 8) Número de irmãos:..... | 9 |
| 9) Estado civil: | 10 |
| 10) Grau de instrução do cônjuge/companheiro:..... | 10 |
| 11) Número de filhos (as): média geral: 2,1 | 11 |
| 12) A Faculdade de Direito na qual o (a) Sr. (a) se formou era pública ou privada?..... | 11 |
| 13) O (a) Sr. (a) frequenta ou frequentou algum outro curso superior: | 11 |
| 14) O (a) Sr. (a) está matriculado em curso de Pós-Graduação? | 11 |
| 15) O (a) Sr. (a) possui título de: | 11 |
| 16) O (a) Sr. (a) exerceu alguma atividade profissional antes de ingressar na magistratura?..... | 12 |
| 17) Quanto tempo levou para se preparar para ingressar na magistratura? | 12 |
| 18) Quantas vezes prestou concurso para ingressar na magistratura? | 12 |
| 19) O (a) Sr. (a) tem ou teve parentes exercendo atividades de nível universitário em carreiras jurídicas? | 13 |
| 20) O (a) Sr. (a) leciona? | 14 |
| 21) Com que frequência o (a) Sr. (a) se utiliza dos seguintes meios de informação:..... | 14 |
| 22) Qual a frequência dedicada para as seguintes atividades:..... | 15 |
| 23) Como o (a) Sr. (a) avalia o Judiciário brasileiro como um todo em relação à:..... | 15 |
| 24) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Estadual em relação à: | 16 |
| 25) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça do Trabalho em relação à:..... | 16 |
| 26) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Federal em relação à: | 17 |
| 27) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Eleitoral em relação à: | 17 |
| 28) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Militar em relação à: | 18 |
| 29) Como o (a) Sr. (a) avalia o TST em relação à:..... | 21 |
| 30) Como o (a) Sr. (a) avalia o STJ em relação à: | 21 |
| 31) Como o (a) Sr. (a) avalia o STF em relação à:..... | 22 |
| 32) Como o (a) Sr. (a) avalia o CNJ em relação à: | 22 |
| 33) Como o (a) Sr. (a) se posiciona frente à discussão sobre a necessidade de previsibilidade das decisões judiciais (segurança jurídica)? | 24 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 34) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão econômica? | 24 |
| 35) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão social? | 25 |
| 36) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão midiática? | 26 |
| 37) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do ramo da justiça em que está vinculado, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor: | 26 |
| 38) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do STF nas seguintes áreas, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor: | 27 |
| 39) Qual o seu grau de concordância em relação às seguintes alternativas referentes à composição do STF. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso discorde totalmente e 10 caso concorde totalmente..... | 28 |
| 40) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:..... | 31 |
| 41) Em relação à eleição para preenchimento dos cargos de direção dos tribunais, qual seu grau de concordância às seguintes propostas: | 34 |
| 42) Qual o seu grau de concordância em relação aos seguintes temas? | 35 |
| 43) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do CNJ nos seguintes aspectos, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor: | 36 |
| 44) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões do CNJ leva em conta a repercussão econômica, social e midiática? | 38 |
| 45) O CNJ, para combater o congestionamento e a sobrecarga de trabalho no 1º grau, instituiu a “Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição”. Dentre as várias linhas de atuação que deverão nortear esta política de atuação, quais já foram implementadas no âmbito do seu tribunal? | 38 |
| 46) Quanto às futuras indicações de integrantes do CNJ, o(a) Sr (a) considera que a AMB deveria procurar influenciar na indicação dos magistrados que compõem a instituição? | 39 |
| 47) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:..... | 39 |
| 48) O (a) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pelas Escolas da Magistratura?..... | 40 |
| 49) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação das Escolas da Magistratura no que se refere aos cursos, fóruns e seminários oferecidos? | 40 |
| 50) Na sua opinião, que tipo de atividade das Escolas da Magistratura poderiam atrair os juízes? | 40 |
| 51) Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades da Escola Nacional da Magistratura (ENM – vinculada à AMB)? | 41 |
| 52) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:..... | 42 |
| 53) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:..... | 45 |
| 54) Como o(a) Sr (a) avalia as atividades de comunicação da AMB?..... | 46 |
| 55) O(A) Sr (a) considera que a AMB deve buscar patrocínios e celebrar convênios com entidades privadas para benefício de seus associados? | 46 |
| 56) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação da AMB nas seguintes áreas. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso seja muito ruim e 10 caso seja excelente. | 47 |
| 57) Indique o grau de prioridade na atuação da AMB em relação às seguintes áreas:..... | 47 |
| 58) Avalie as seguintes instituições, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor: | 48 |
| 59) Por fim, como o (a) Sr. (a) se sente em relação ao exercício de sua atividade: | 49 |
| COMISSÃO RESPONSÁVEL | 50 |

APRESENTAÇÃO

Prezado (a) colega,

Depois de quase 10 anos, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) realizou neste ano a pesquisa "A AMB quer ouvir você", por meio de um questionário, com várias questões, distribuído aos seus associados para que fossem revelados quem são e o que pensam os juízes brasileiros.

Foram obtidas 3.663 respostas de magistrados filiados à entidade – o que corresponde a aproximadamente 30% dos associados à AMB – que se manifestaram espontaneamente a respeito de diversos temas considerados relevantes para o Judiciário e à sociedade, como a composição do Supremo Tribunal Federal (STF), a independência dos tribunais e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a atuação, estrutura e funcionamento dos ramos da Justiça, a eleição direta para os cargos diretivos nos tribunais, a valorização da magistratura, a reforma política, a maioria penal, entre outros.

Com esta pesquisa, concluída no segundo semestre deste ano, sob a coordenação da cientista política e professora Maria Tereza Sadek, da Universidade de São Paulo (USP), e com o auxílio do estatístico Fernão Dias de Lima, a AMB espera contribuir para o aprimoramento do Poder Judiciário e o fortalecimento da magistratura brasileira, mediante a participação da entidade nos grandes debates nacionais e nas questões relacionadas à defesa do Estado Democrático de Direito.

Os resultados apresentados na presente publicação apontam a opinião da magistratura sobre diversos temas, muitos deles complexos, polêmicos e que dividem a classe política e a própria sociedade brasileira. Embora nem sempre representem o posicionamento institucional da entidade, a AMB respeita a pluralidade, e reafirma o compromisso de não se furtar a debater e se posicionar sobre as questões que entende relevantes para o aperfeiçoamento da democracia e do Poder Judiciário.

Boa leitura!

João Ricardo dos Santos Costa
Presidente da AMB

Sérgio Luiz Junkes
Vice-presidente Institucional da AMB e coordenador do projeto



Presidente

João Ricardo dos Santos Costa

Secretário-Geral

Marcos Sérgio Galliano Daros

Secretário-Geral Adjunto

Alexandre Aronne de Abreu

Diretor-Tesoureiro

Emanuel Bonfim C. Amaral Filho

Diretor-Tesoureiro Adjunto

Mauro Caum Gonçalves

Vice-Presidentes

Adriano Gustavo Veiga Seduvim - Assuntos Ambientais

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes

Guerra - Comunicação Social

Hadja Rayanne Holanda de Alencar - Prerrogativas

Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira - Cultural

Maria Madalena Telesca - Assuntos Legislativos Trabalhistas

Nartir Dantas Weber - Interiorização

Nelson Missias de Moraes - Legislativo

Paulo Mello Feijó - Efetividade da Jurisdição

Ricardo de Araújo Barreto - Direitos Humanos

Sérgio Luiz Junkes - Institucional

Wilson da Silva Dias - Administrativo

Conselho Fiscal

Helvécio de Brito Maia Neto

Luiz Gonzaga Mendes Marques

Hermínia Maria Silveira Azoury

RESULTADOS

- 1) Presentemente, o (a) Sr. (a) se encontra: 1. Em atividade = 2.653 (74,3%)
2. Aposentado = 919 (25,7%)

- 2) Por favor, indique o ramo e instância em que atualmente o (a) Sr. (a) atua. No caso de aposentado, o ramo e instância em que se aposentou:

| Ramo/Instância | N* | % |
|------------------------------------------|------|------|
| 1) Primeiro Grau Justiça Comum | 2401 | 66,5 |
| 2) Segundo Grau Justiça Comum | 600 | 16,6 |
| 3) Primeiro Grau Justiça do Trabalho | 236 | 6,5 |
| 4) Segundo Grau Justiça do Trabalho | 103 | 2,9 |
| 5) Primeiro Grau Justiça Federal | 27 | 0,7 |
| 6) Segundo Grau Justiça Federal | 17 | 0,5 |
| 7) Primeiro Grau Justiça Militar | 34 | 0,9 |
| 8) Segundo Grau Justiça Militar | 10 | 0,3 |
| 9) STJ, TST, STM | 11 | 0,3 |
| 10) STF | 2 | 0,1 |
| 11) Exclusivamente em Juizados Especiais | 169 | 4,7 |

3) Idade: (média)

| HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|-----------|-----------|-----------|
| 55,8 ANOS | 49,0 ANOS | 53,9 ANOS |

Idade (média)

| EM ATIVIDADE | APOSENTADOS | TOTAL |
|--------------|-------------|-----------|
| 47,7 ANOS | 70,7 ANOS | 53,6 ANOS |

Idade (média) dos que estão em ATIVIDADE

| HOMENS | MULHERES | TOTAL na ATIVA |
|-----------|-----------|----------------|
| 48,4 ANOS | 46,3 ANOS | 47,7 ANOS |

Para efeitos de comparação, a idade média dos respondentes na pesquisa AMB 2005 era de 50,2 anos. Levando-se em consideração apenas os magistrados na ativa, a média era de 44,4 anos. Isto significa que neste intervalo de 10 anos houve um envelhecimento dos integrantes da magistratura.

* Número de respostas

4) Sexo:

1. Masculino: 2.623 (72,1%)
2. Feminino: 1.015 (27,9%)
- Não responderam: 25

Em relação à pesquisa AMB 2005, houve um crescimento na proporção de juízas. Elas correspondiam a 22,4% e passaram para 27,9%.

5) Cor:

1. Amarela: 64 (1,8%)
2. Branca: 3062 (84,4%)
3. Preta: 46 (1,3%)
4. Parda: 449 (12,4%)
5. Vermelha: 7 (0,2%)
- Não responderam: 35

Não há diferenças estatisticamente significativas na distribuição por cor entre os gêneros.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Os brancos constituíam 86,5% dos magistrados em 2005. Houve, em 2015, uma redução no percentual de brancos que passaram a 84,4%.

6) Por favor, assinale no quadro abaixo o grau de instrução de seus pais:

| Grau de instrução do PAI | | | Grau de instrução da MÃE | | |
|-----------------------------|------|------|-----------------------------|-----|------|
| | N | % | | N | % |
| 1. Sem instrução formal | 261 | 7,2 | 1. Sem instrução formal | 250 | 7,0 |
| 2. Primeiro grau incompleto | 715 | 19,8 | 2. Primeiro grau incompleto | 633 | 17,7 |
| 3. Primeiro grau completo | 421 | 11,6 | 3. Primeiro grau completo | 532 | 14,9 |
| 4. Segundo grau incompleto | 156 | 4,3 | 4. Segundo grau incompleto | 167 | 4,7 |
| 5. Segundo grau completo | 495 | 13,7 | 5. Segundo grau completo | 919 | 25,7 |
| 6. Universitário incompleto | 110 | 3,0 | 6. Universitário incompleto | 115 | 3,2 |
| 7. Universitário completo | 1105 | 30,6 | 7. Universitário completo | 666 | 18,7 |
| 8. Pós-Graduação | 354 | 9,8 | 8. Pós-Graduação | 289 | 8,1 |

Há uma diferença significativa entre o grau de instrução paterno e materno. É mais alta a escolaridade do pai – 30,6% com universitário completo contra 18,7% das mães.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Cresceu significativamente a proporção de magistrados com pais com curso universitário. Eram 32,8% em 2005 e passaram para 40,4% em 2015. Quanto ao grau de instrução da mãe, eram 17,8% e cresceram para 26,8%.

7) Qual é a faixa de renda de seus pais? No caso de pais falecidos, qual era:

| | N | % |
|--------------------------------|------|------|
| 1) 1 a 3 salários mínimos | 852 | 23,7 |
| 2) 4 a 10 salários mínimos | 1088 | 30,2 |
| 3) 11 a 20 salários mínimos | 694 | 19,3 |
| 4) Mais de 20 salários mínimos | 967 | 26,9 |

8) Número de irmãos:

Número de irmãos: 3,5

Quantos com curso superior: 2,2

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

Número de irmãos por gênero

| MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
|-----------|----------|-------|
| 3,1 | 2,7 | 3,0 |

Há diferença significativa entre os gêneros no que diz respeito ao número de irmãos.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

Número de irmãos por gênero, COM CURSO SUPERIOR

| MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
|-----------|----------|-------|
| 2,2 | 2,1 | 2,2 |

9) Estado civil:

| | N | % |
|-------------------------|-------------|--------------|
| 1. Solteiro | 254 | 7,0 |
| 2. Separado/divorciado | 333 | 9,2 |
| 3. Casado/união estável | 2950 | 81,7 |
| 4. Viúvo | 72 | 2,0 |
| TOTAL | 3610 | 100,0 |

Estado civil, por gênero

| Estado civil | Gênero | | Total |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 1 Masculino | 2 Feminino | |
| 1 Solteiro | 133 | 121 | 254 |
| | 5,2% | 12,1% | 7,1% |
| | 179 | 149 | 328 |
| | 6,9% | 14,9% | 9,2% |
| 2 Separado/divorciado | 2232 | 698 | 2930 |
| | 86,4% | 69,7% | 81,8% |
| 3 Casado/união estável | 38 | 34 | 72 |
| | 1,1% | ,9% | 2,0% |
| TOTAL | 2582 | 1002 | 3584 |

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Verificou-se um pequeno crescimento na proporção de casados, que passaram de 80,8% em 2005 para 81,8%. Alteraram-se os percentuais de solteiros, que eram 8,7% e caíram para 7,1%, e de separados/divorciados, que eram 8,8% e subiram para 9,2%.

10) Grau de instrução do cônjuge/companheiro:

| | N | % | | N | % |
|-----------------------------|----|-----|-----------------------------|------|------|
| 1. Sem instrução formal | 5 | 0,2 | 5. Segundo grau completo | 293 | 9,2 |
| 2. Primeiro grau incompleto | 26 | 0,8 | 6. Universitário incompleto | 145 | 4,6 |
| 3. Primeiro grau completo | 45 | 1,4 | 7. Universitário completo | 1493 | 46,9 |
| 4. Segundo grau incompleto | 65 | 2,0 | 8. Pós-Graduação | 1114 | 35,0 |

A extensa maioria dos entrevistados – 81,9% – possui cônjuge/companheiro com o mais alto grau de instrução (universitário completo e pós-graduação).

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Cresceu significativamente o percentual de cônjuges com pós-graduação. Eram 21,8% e passaram para 35%.

11) Número de filhos (as): média geral: 2,1

Homens e mulheres apresentam diferenças significativas no número de filhos: a média para os juízes é de 2,3 filhos, enquanto para as juízas é de 1,6 filhos.

Da mesma forma, essa média é diferente quando se compara magistrados na ativa e os aposentados. Enquanto na ativa essa média é de 1,8 filhos, entre os aposentados ela sobe para 2,8 filhos.

Examinando-se exclusivamente os que estão na ativa, por gênero, os homens têm uma média de 1,9 e as mulheres de 1,6 filhos. É estatisticamente relevante a diferença entre os gêneros, quanto ao número de filhos.

12) A faculdade de Direito na qual o (a) Sr. (a) se formou era pública ou privada?

1. Pública 1.826 (50,1%) 2. Privada 1.818 (49,9%)

13) O (A) Sr. (a) frequenta ou frequentou algum outro curso superior:

1. Não 1.251 (34,5%)
2. Sim 2.377 (65,5%)

14) O (A) Sr. (a) está matriculado em curso de Pós-Graduação?

| Cursos | 1. Sim | | 2. Não | |
|----------------------------|--------|------|--------|------|
| | N | % | N | % |
| a) Curso de Especialização | 357 | 10,8 | 2960 | 89,2 |
| b) Mestrado | 174 | 5,9 | 2793 | 94,1 |
| c) Doutorado | 114 | 3,9 | 2814 | 96,1 |
| d) Pós- Doutorado | 16 | 0,6 | 2833 | 99,4 |

Chama a atenção o número de magistrados que não respondeu a essa questão:

- 345 não responderam se estão ou não matriculados em curso de especialização;
- 696 não responderam se estão ou não matriculados em curso de mestrado;
- 735 não responderam se estão ou não matriculados em curso de doutorado;
- 814 não responderam se estão ou não matriculados em curso de pós-doutorado.

15) O (A) Sr. (a) possui título de:

| Títulos | 1. Sim | | 2. Não | |
|----------------------------|--------|------|--------|------|
| | N | % | N | % |
| a) Curso de Especialização | 2129 | 63,2 | 1240 | 36,8 |
| b) Mestrado | 573 | 22,6 | 1967 | 77,4 |
| c) Doutorado | 131 | 5,8 | 2146 | 94,2 |

Como na questão anterior, é significativo o número dos que não responderam:

- 294 não informaram se possuem ou não título de especialização;
- 1123 não informaram se possuem ou não título de mestrado;
- 1386 não informaram se possuem ou não título de doutorado;
- 1456 não informaram se possuem ou não título de pós-doutorado.

16) O (A) Sr. (a) exerceu alguma atividade profissional antes de ingressar na magistratura?

1. Não 182 (5,0%)
2. Sim 3.457 (95,0%)

Praticamente a totalidade dos entrevistados exerceu atividade profissional antes de ingressar na magistratura (95%).

17) Quanto tempo levou para se preparar para ingressar na magistratura?

| Tempo de preparo para ingresso na magistratura | EM ATIVIDADE | APOSENTADO | TOTAL |
|------------------------------------------------|--------------|------------|----------|
| | 3,1 anos | 3,0 anos | 3,1 anos |
| Tempo de preparo para ingresso na magistratura | MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
| | 3,1 anos | 3,1 anos | 3,1 anos |

A média não apresenta diferenças significativas quer quando se considera a situação do magistrado – em atividade ou aposentado – quer por gênero.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

tempo para se preparar para ingressar na magistratura, por gênero:

| MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
|-----------|----------|-------|
| 3,1 | 3,1 | 3,1 |

18) Quantas vezes prestou concurso para ingressar na magistratura?

| N. de concursos para ingressar na magistratura | EM ATIVIDADE | APOSENTADO | TOTAL |
|------------------------------------------------|--------------|------------|-------|
| | 2,7 | 1,7 | 2,5 |
| N. de concursos para ingressar na magistratura | MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
| | 2,8 | 2,6 | 2,7 |

Há uma diferença significativa no número de concursos prestados entre os que estão em atividade e os aposentados. Essa média é significativamente menor entre os aposentados.

No que se refere ao gênero, não há diferença significativa quanto ao número de concursos prestados para ingressar na magistratura.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

quantas vezes prestou concurso para ingressar na magistratura, por gênero:

| MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
|-----------|----------|-------|
| 2,8 | 2,6 | 2,7 |

19) O (A) Sr. (a) tem ou teve parentes exercendo atividades de nível universitário em carreiras jurídicas?

| Atividades de nível universitário | 1. Sim | | 2. Não | |
|-----------------------------------|--------|------|--------|------|
| | N | % | N | % |
| a) na Magistratura | 903 | 29,7 | 2133 | 70,3 |
| b) no Ministério Público | 502 | 18,3 | 2242 | 81,7 |
| c) na Defensoria Pública | 163 | 6,3 | 2424 | 93,7 |
| d) na Advocacia Pública | 350 | 13,2 | 2305 | 86,8 |
| e) na Polícia | 506 | 18,7 | 2195 | 81,3 |
| f) na Advocacia Privada | 1569 | 50,5 | 1539 | 49,5 |
| g) outras | 238 | 24,7 | 725 | 75,3 |

A extensa maioria dos entrevistados respondeu não ter parentes exercendo atividades de nível universitário nas carreiras do Direito. Apenas no que se refere à advocacia privada, há uma divisão: metade afirmou possuir enquanto a outra metade respondeu não possuir parentes nessas atividades.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Cresceu o percentual de magistrados com parentes em todas as carreiras jurídicas, com exceção da advocacia privada. A tabela a seguir mostra esses percentuais:

Comparação de Parentes em Carreiras Jurídicas, 2005 e 2015, em%

| Atividades de nível universitário | 2005 | 2015 |
|-----------------------------------|------|------|
| a) na Magistratura | 27,4 | 29,7 |
| b) no Ministério Público | 17,1 | 18,3 |
| c) na Defensoria Pública | 5,0 | 6,3 |
| d) na Advocacia Pública | 11,6 | 13,2 |
| e) na Polícia | 12,6 | 18,7 |
| f) na Advocacia Privada | 52,4 | 50,5 |

20) O (A) Sr. (a) leciona?

| Leciona em | 1. Sim | | 2. Não | |
|------------------------------------|--------|------|--------|------|
| | N | % | N | % |
| a) em Faculdade de Direito Pública | 132 | 4,1 | 3088 | 95,9 |
| b) em Faculdade de Direito Privada | 395 | 12,0 | 2899 | 88,0 |
| c) na Escola da Magistratura | 431 | 13,2 | 2834 | 86,8 |
| d) em outras instituições | 180 | 5,8 | 2912 | 94,1 |

Correspondem a uma significativa minoria os que exercem atividades como docentes tanto em faculdade de Direito privada como em públicas.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Quando se compara esses dados com os obtidos na pesquisa realizada em 2005, observa-se que houve uma redução no percentual dos magistrados que lecionam. A diminuição mais significativa ocorreu em relação a faculdades de Direito privadas.

Comparação 2005 e 2015

| Leciona em | 2005 | 2015 |
|------------------------------------|------|------|
| | % | % |
| a) em Faculdade de Direito Pública | 4,8 | 4,1 |
| b) em Faculdade de Direito Privada | 19,6 | 12,0 |
| c) na Escola da Magistratura | 14,8 | 13,2 |
| d) em outras instituições | 10,0 | 5,8 |

21) Com que frequência o (a) Sr. (a) se utiliza dos seguintes meios de informação:

| Meios | Muito frequente | | Frequente | | Às vezes | | Nunca | |
|--------------------|-----------------|------|-----------|------|----------|------|-------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Jornal impresso | 1776 | 49,7 | 588 | 16,4 | 1030 | 28,8 | 182 | 5,1 |
| b) Internet | 2859 | 80,1 | 490 | 13,7 | 173 | 4,8 | 47 | 1,3 |
| c) TV | 2157 | 59,8 | 987 | 27,4 | 436 | 12,1 | 25 | 0,7 |
| d) Rádio | 1039 | 29,8 | 900 | 25,8 | 1273 | 36,5 | 279 | 8,0 |
| e) Clipping | 458 | 13,7 | 543 | 16,2 | 1290 | 38,6 | 1051 | 31,4 |
| f) Redes sociais | 1064 | 30,4 | 722 | 20,6 | 923 | 26,4 | 790 | 22,6 |

O meio de informação mais utilizado é a internet. Somando-se as respostas "muito frequente" e "frequente", chega-se a 94% dos respondentes. Em contraste, o meio menos utilizado é o clipping.

22) Qual a frequência dedicada para as seguintes atividades:

| Atividades | Muito frequente | | Frequente | | Às vezes | | Nunca | |
|---------------------|-----------------|------|-----------|------|----------|------|-------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Cinema | 384 | 10,7 | 933 | 26,1 | 2040 | 57,0 | 223 | 6,2 |
| b) Teatro | 79 | 2,2 | 375 | 10,5 | 2509 | 70,5 | 598 | 16,8 |
| c) Literatura | 1027 | 28,6 | 1373 | 38,3 | 1023 | 28,5 | 164 | 4,6 |
| d) Exposições | 77 | 2,2 | 426 | 12,1 | 2326 | 65,9 | 701 | 19,9 |
| e) Concertos | 77 | 2,2 | 255 | 7,2 | 2018 | 57,3 | 1172 | 33,3 |
| f) Atividade física | 1546 | 42,2 | 1106 | 30,6 | 768 | 21,3 | 193 | 5,3 |

A atividade física é praticada “muito frequente” e “frequente” por 73% dos entrevistados.

A literatura é a segunda atividade que mais atrai o interesse dos respondentes – 70% disseram se dedicar à leitura de modo “muito frequente” e “frequente”.

23) Como o (a) Sr. (a) avalia o Judiciário brasileiro como um todo em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|-----|------|------|---------|------|------|------|------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 37 | 1,0 | 383 | 10,6 | 1468 | 40,4 | 1197 | 33,0 | 545 | 15,0 |
| b) Efetividade | 53 | 1,5 | 710 | 19,7 | 1706 | 47,3 | 858 | 23,8 | 281 | 7,8 |
| c) Estrutura Material | 74 | 2,1 | 659 | 18,3 | 1453 | 40,3 | 972 | 27,0 | 448 | 12,4 |
| d) Estrutura de Informática | 181 | 5,0 | 1057 | 29,5 | 1515 | 42,2 | 625 | 17,4 | 210 | 5,9 |
| e) Estrutura Funcional | 74 | 2,1 | 643 | 17,8 | 1488 | 41,2 | 939 | 26,0 | 465 | 12,9 |

Do ponto de vista dos entrevistados, a principal deficiência do Judiciário brasileiro é a morosidade – as avaliações “ruim” e “muito ruim” somam 48%. A estrutura funcional aparece em seguida como a característica pior avaliada.

O item que recebe a melhor avaliação é a estrutura de informática, com 34,5% de “muito bom” e “bom”. Observa-se que a maior parte dos entrevistados conferiu avaliação “regular” para todas as características em análise.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Não houve diferença expressiva em relação à agilidade. Naquela pesquisa, 49,9% apontavam a agilidade como ruim.

24) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Estadual** em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|-----|------|------|---------|------|------|------|------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 85 | 2,4 | 529 | 14,7 | 1405 | 38,9 | 1049 | 29,1 | 541 | 15,0 |
| b) Efetividade | 76 | 2,1 | 808 | 22,5 | 1576 | 43,9 | 777 | 21,7 | 351 | 9,8 |
| c) Estrutura Material | 108 | 3,0 | 720 | 20,2 | 1350 | 37,9 | 918 | 25,8 | 468 | 13,1 |
| d) Estrutura de Informática | 210 | 5,9 | 1023 | 29,0 | 1382 | 39,1 | 636 | 18,0 | 282 | 8,0 |
| e) Estrutura Funcional | 81 | 2,3 | 607 | 17,1 | 1378 | 38,7 | 932 | 26,2 | 560 | 15,7 |

25) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça do Trabalho** em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|-----|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 290 | 10,6 | 1361 | 49,6 | 838 | 30,6 | 192 | 7,0 | 61 | 2,2 |
| b) Efetividade | 217 | 8,0 | 1363 | 50,2 | 894 | 32,9 | 173 | 6,4 | 69 | 2,5 |
| c) Estrutura Material | 309 | 12,0 | 1327 | 51,6 | 744 | 28,9 | 146 | 5,7 | 47 | 1,8 |
| d) Estrutura de Informática | 395 | 15,6 | 1279 | 50,6 | 677 | 26,8 | 132 | 5,2 | 45 | 1,8 |
| e) Estrutura Funcional | 338 | 13,2 | 1259 | 49,3 | 750 | 29,4 | 156 | 6,1 | 51 | 2,0 |

26) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Federal** em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|------|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 161 | 5,5 | 914 | 31,1 | 1047 | 35,6 | 552 | 18,8 | 267 | 9,1 |
| b) Efetividade | 173 | 5,9 | 1031 | 35,3 | 1092 | 37,4 | 443 | 15,2 | 179 | 6,1 |
| c) Estrutura Material | 658 | 23,5 | 1390 | 49,6 | 578 | 20,6 | 129 | 4,6 | 45 | 1,6 |
| d) Estrutura de Informática | 657 | 23,8 | 1364 | 49,4 | 580 | 21,0 | 119 | 4,3 | 41 | 1,5 |
| e) Estrutura Funcional | 684 | 24,6 | 1294 | 46,5 | 603 | 21,9 | 145 | 5,2 | 53 | 1,9 |

27) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Eleitoral** em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|-----|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 1022 | 30,6 | 1532 | 45,9 | 584 | 17,5 | 144 | 4,3 | 59 | 1,8 |
| b) Efetividade | 793 | 23,8 | 1484 | 44,6 | 711 | 21,4 | 228 | 6,9 | 109 | 3,3 |
| c) Estrutura Material | 789 | 24,2 | 1426 | 43,7 | 741 | 22,7 | 224 | 6,9 | 85 | 2,6 |
| d) Estrutura de Informática | 1008 | 31,0 | 1414 | 43,5 | 599 | 18,4 | 161 | 5,0 | 67 | 2,1 |
| e) Estrutura Funcional | 827 | 25,5 | 1347 | 41,5 | 706 | 21,7 | 262 | 8,1 | 107 | 3,3 |

28) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Militar** em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|-----|------|---------|------|------|------|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 124 | 7,9 | 585 | 37,4 | 611 | 39,1 | 177 | 11,3 | 66 | 4,2 |
| b) Efetividade | 111 | 7,1 | 568 | 36,4 | 615 | 39,4 | 179 | 11,5 | 86 | 5,5 |
| c) Estrutura Material | 151 | 10,0 | 584 | 38,7 | 586 | 38,9 | 144 | 9,5 | 43 | 2,9 |
| d) Estrutura de Informática | 152 | 10,3 | 584 | 39,6 | 569 | 38,6 | 128 | 8,7 | 42 | 2,8 |
| e) Estrutura Funcional | 150 | 10,0 | 588 | 39,3 | 574 | 38,4 | 141 | 9,4 | 42 | 2,8 |

Comparação: Soma de Percentuais “muito bom” e “bom”, em %

| | Judiciário | Justiça Estadual | Justiça Trabalhista | Justiça Federal | Justiça Eleitoral | Justiça Militar |
|--------------------------|-------------|------------------|---------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Agilidade | 11,6 | 17,1 | 60,2 | 36,6 | 76,5 | 45,3 |
| Efetividade | 21,2 | 24,6 | 58,2 | 41,2 | 68,4 | 43,5 |
| Estrutura Material | 20,4 | 23,2 | 63,6 | 73,1 | 67,9 | 48,7 |
| Estrutura de Informática | 34,5 | 34,9 | 66,2 | 73,2 | 74,5 | 49,9 |
| Estrutura Funcional | 19,9 | 19,4 | 62,5 | 71,1 | 67,0 | 49,3 |

AGILIDADE: A soma dos percentuais relativos às avaliações positivas revela que a Justiça Eleitoral, seguida pela Justiça do Trabalho, são as instituições que recebem as notas mais altas por parte de mais da metade dos entrevistados. A Justiça Estadual é a instituição com os menores percentuais de "muito bom" e "bom".

EFETIVIDADE: Nesse quesito, a Justiça Eleitoral tem a melhor avaliação (68,4%). Em segundo lugar está a Justiça do Trabalho. Nas piores colocações estão o Poder Judiciário como um todo e a Justiça Estadual.

ESTRUTURA MATERIAL: A Justiça Federal recebeu a melhor avaliação; em 2º lugar aparece a Justiça Eleitoral. O Poder Judiciário como um todo e a Justiça Estadual receberam as piores avaliações.

ESTRUTURA DE INFORMÁTICA: A Justiça Eleitoral e a Justiça Federal são avaliadas positivamente por ¾ dos entrevistados. Nas piores posições estão o Judiciário como um todo e a Justiça Estadual.

ESTRUTURA FUNCIONAL: Neste quesito, a melhor avaliação foi dada para a Justiça Federal (71,1%); logo a seguir está a Justiça Eleitoral e, depois, a Justiça do Trabalho. Mais uma vez, o Judiciário como um todo e a Justiça Estadual têm as piores avaliações.

Comparação: Soma de Percentuais "ruim" e "muito ruim", em %

| | Judiciário | Justiça Estadual | Justiça Trabalhista | Justiça Federal | Justiça Eleitoral | Justiça Militar |
|--------------------------|-------------|------------------|---------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Agilidade | 48,0 | 44,1 | 9,2 | 27,9 | 6,1 | 15,5 |
| Efetividade | 31,6 | 31,5 | 8,9 | 21,3 | 10,2 | 17,0 |
| Estrutura Material | 39,4 | 38,9 | 7,5 | 6,2 | 9,5 | 12,4 |
| Estrutura de Informática | 23,3 | 26,0 | 7,0 | 5,8 | 7,1 | 11,5 |
| Estrutura Funcional | 38,9 | 41,9 | 8,1 | 7,1 | 11,4 | 12,2 |

Como se depreende do quadro comparativo, o Judiciário como um todo é avaliado mais negativamente no que se refere à agilidade do que todos os demais órgãos de justiça. Nessa característica, a Justiça Estadual recebe o maior percentual de avaliações negativas – 44,1%. Com percentual significativamente inferior – 27,9% – aparece a Justiça Federal. Em relação à agilidade, a Justiça Eleitoral é a instituição mais bem avaliada.

Quanto à efetividade, a Justiça Estadual recebe o maior percentual de avaliações negativas – 31,5%. Em contraste, a Justiça do Trabalho é vista pela maior parte dos entrevistados como a que apresenta maior efetividade.

A Justiça Estadual é percebida como a mais deficiente também no que diz respeito à estrutura material, à estrutura de informática e à estrutura funcional.

Deve ser ressaltado que, no que diz respeito à Justiça do Trabalho, um alto número de entrevistados não manifestou opinião. Assim, 921 não proferiram avaliação sobre a agilidade; 947 sobre a efetividade; 1.090 sobre a estrutura material; 1.135 sobre a estrutura de informática; e 1.109 sobre a estrutura funcional.

Esses números são também altos em relação à Justiça Federal, ainda que em menor proporção. Com efeito, 722 não responderam sobre a agilidade; 745 sobre a efetividade; 863 sobre a estrutura material; 902 sobre a estrutura de informática; e 878 sobre a estrutura funcional.

No caso da avaliação sobre a Justiça Militar, mais do que a metade dos respondentes não se manifestou. Assim, 2.100 não opinaram sobre a agilidade; 2.104 sobre a efetividade; 2.155 sobre a estrutura material; 2.188 sobre a estrutura de informática; e 2.168 sobre a estrutura funcional.

Tais posicionamentos podem ser interpretados positivamente. Isto é, os entrevistados só manifestaram opinião sobre o que consideravam que conheciam e que, portanto, poderiam avaliar.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Não ocorreram mudanças significativas no que se refere à agilidade tanto no Judiciário como na Justiça Estadual e na Justiça Eleitoral.

Já em relação à Justiça Federal, diminui de forma considerável o percentual dos que a julgavam ruim – caiu de 39,5% para 27,9%.

A Justiça Militar foi avaliada mais negativamente em 2015. A proporção dos que a consideram “ruim” aumentou de 9,9% para 15,5%.

Comparação: avaliação “ruim” no que se refere à agilidade

| | 2005 | 2015 |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Judiciário | 48,9 | 48,0 |
| Justiça Estadual | 44,6 | 44,1 |
| Justiça do Trabalho | 16,8 | 9,2 |
| Justiça Federal | 39,5 | 27,9 |
| Justiça Eleitoral | 6,9 | 6,1 |
| Justiça Militar | 9,9 | 15,5 |

29) Como o (a) Sr. (a) avalia o TST em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|-----|------|---------|------|------|------|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 99 | 5,3 | 727 | 39,1 | 699 | 37,6 | 238 | 12,8 | 97 | 5,2 |
| b) Efetividade | 111 | 6,0 | 804 | 43,2 | 686 | 36,9 | 191 | 10,3 | 69 | 3,7 |
| c) Estrutura Material | 444 | 25,3 | 864 | 49,2 | 368 | 21,0 | 56 | 3,2 | 24 | 1,4 |
| d) Estrutura de Informática | 461 | 26,4 | 853 | 48,8 | 350 | 20,0 | 56 | 3,2 | 27 | 1,5 |
| e) Estrutura Funcional | 447 | 25,7 | 820 | 47,2 | 386 | 22,2 | 60 | 3,5 | 26 | 1,5 |

30) Como o (a) Sr. (a) avalia o STJ em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|------|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 97 | 3,1 | 673 | 21,2 | 1323 | 41,6 | 771 | 24,2 | 316 | 9,9 |
| b) Efetividade | 139 | 4,4 | 998 | 31,6 | 1299 | 41,2 | 520 | 16,5 | 199 | 6,3 |
| c) Estrutura Material | 796 | 30,8 | 1217 | 47,1 | 465 | 18,0 | 74 | 2,9 | 33 | 1,3 |
| d) Estrutura de Informática | 864 | 32,8 | 1222 | 46,4 | 446 | 16,9 | 69 | 2,6 | 32 | 1,2 |
| e) Estrutura Funcional | 843 | 32,8 | 1120 | 43,5 | 498 | 19,3 | 76 | 3,0 | 37 | 1,4 |

31) Como o (a) Sr. (a) avalia o STF em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|------|------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 68 | 2,0 | 451 | 13,5 | 1116 | 33,3 | 1033 | 30,8 | 681 | 20,3 |
| b) Efetividade | 173 | 5,2 | 951 | 28,7 | 1200 | 36,2 | 628 | 18,9 | 362 | 10,9 |
| c) Estrutura Material | 1004 | 37,4 | 1133 | 42,2 | 427 | 15,9 | 77 | 2,9 | 44 | 1,6 |
| d) Estrutura de Informática | 1042 | 38,8 | 1112 | 41,4 | 417 | 15,5 | 68 | 2,5 | 48 | 1,8 |
| e) Estrutura Funcional | 1016 | 38,2 | 1049 | 39,4 | 449 | 16,9 | 91 | 3,4 | 56 | 2,1 |

32) Como o (a) Sr. (a) avalia o CNJ em relação à:

| Características | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|------|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Agilidade | 209 | 6,8 | 1106 | 35,9 | 1167 | 37,9 | 373 | 12,1 | 227 | 7,4 |
| b) Efetividade | 217 | 7,0 | 1194 | 38,5 | 1083 | 35,0 | 383 | 12,4 | 221 | 7,1 |
| c) Estrutura Material | 658 | 27,4 | 1029 | 42,9 | 518 | 21,6 | 125 | 5,2 | 71 | 3,0 |
| d) Estrutura de Informática | 736 | 30,4 | 1066 | 44,0 | 448 | 18,5 | 99 | 4,1 | 74 | 3,1 |
| e) Estrutura Funcional | 661 | 27,6 | 989 | 41,2 | 543 | 22,6 | 123 | 5,1 | 82 | 3,4 |

Comparação: Soma de Percentuais “muito bom” e “bom”, em %

| | TST | STJ | STF | CNJ |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Agilidade | 44,4 | 24,3 | 15,5 | 42,7 |
| Efetividade | 49,2 | 36,0 | 33,9 | 45,5 |
| Estrutura Material | 74,5 | 77,9 | 79,6 | 70,3 |
| Estrutura de Informática | 75,2 | 79,2 | 80,2 | 74,4 |
| Estrutura Funcional | 72,9 | 76,3 | 77,6 | 68,8 |

AGILIDADE: A soma das avaliações “muito bom” e “bom” mostra que, em termos de agilidade, as primeiras posições são ocupadas pelo TST e pelo CNJ. Nesse quesito, a pior avaliação foi conferida ao STF.

EFETIVIDADE: Também neste aspecto as melhores avaliações foram dadas para o TST e o CNJ.

ESTRUTURA MATERIAL: Todos os tribunais e o CNJ receberam avaliações altamente positivas por parte dos entrevistados. Os percentuais são sempre superiores a 70%.

ESTRUTURA DE INFORMÁTICA: Nesse quesito, embora o STF e o STJ tenham obtido os mais altos percentuais positivos, os demais também têm um alto índice de “muito bom” e “bom”.

ESTRUTURA FUNCIONAL: Todos foram considerados possuir uma estrutura funcional merecedora de avaliações “muito bom” e “bom”. Nesse aspecto, o CNJ apresenta uma pequena diferença na comparação com os demais, mas, ainda assim, com um indicador positivo apreciável (68,8%).

Observe-se que, tal como foi apontado nas avaliações sobre as justiças, é significativo o número de entrevistados que preferiu não manifestar opinião sobre os tribunais e o CNJ.

Assim, quanto ao TST, 1.803 não opinaram sobre a agilidade; 1.802 sobre a efetividade; 1.907 sobre a estrutura material; 1.916 sobre a estrutura de informática; e 1.924 sobre a estrutura funcional.

Em relação ao STJ, o número de entrevistados que não opinou é significativamente menor. Mas ainda assim relevante. Com efeito, 483 não avaliaram a agilidade; 508 a efetividade; 1.078 a estrutura material; 1.030 a estrutura de informática; e 1.089 a estrutura funcional.

Quanto ao STF, 314 não avaliaram a agilidade; 349 a efetividade; 978 a estrutura material; 976 a estrutura de informática; e 1.002 a estrutura funcional.

O CNJ não foi avaliado no que diz respeito à agilidade por 581 dos entrevistados; 565 não se pronunciaram sobre a efetividade; 1.262 sobre a estrutura material; 1.240 sobre a estrutura de informática; e 1.265 sobre a estrutura funcional.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Do ponto de vista dos entrevistados, houve uma melhora na avaliação da agilidade do TST.

Em relação ao STJ, não houve alterações significativas. Quanto ao STF, a agilidade foi percebida como pior em 2015 do que em 2005. Essas informações constam da tabela a seguir:

Comparação: avaliação ruim no que se refere à agilidade

| | 2005 | 2015 |
|-----|------|------|
| TST | 22,2 | 18,0 |
| STJ | 33,4 | 34,1 |
| STF | 45,3 | 51,1 |

33) Como o (a) Sr.(a) se posiciona frente à discussão sobre a necessidade de previsibilidade das decisões judiciais (segurança jurídica)?

| Necessidade de previsibilidade das decisões judiciais | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|-------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|-----|-----------|-----|----------------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| | 833 | 24,4 | 1951 | 57,3 | 215 | 6,3 | 331 | 9,7 | 77 | 2,3 |

A ampla maioria de 82% (soma das respostas “totalmente favorável e “favorável”) manifesta-se a favor da necessidade de previsibilidade das decisões judiciais.

34) O (A) Sr. (a) considera que a **maioria** das decisões judiciais no **1º grau**, no **2º grau** e nos **Tribunais Superiores** leva em conta a **repercussão econômica**?

| Repercussão Econômica | Não leva em conta | | Leva pouco em conta | | Leva adequadamente em conta | | Leva muito em conta | |
|-------------------------|-------------------|------|---------------------|------|-----------------------------|------|---------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) 1º Grau | 802 | 23,5 | 1274 | 37,3 | 1126 | 32,9 | 218 | 6,4 |
| b) 2º Grau | 363 | 10,9 | 1032 | 31,1 | 1269 | 38,2 | 656 | 19,8 |
| c) Tribunais Superiores | 245 | 7,6 | 505 | 15,7 | 806 | 25,0 | 1668 | 51,7 |

É significativo o contraste entre as instâncias no que se refere à repercussão econômica das decisões. Quanto mais se sobe na hierarquia, mais a repercussão econômica é levada em conta. Assim, a opção “leva muito em conta” soma 6,4% no 1º grau, cresce para 19,8% no 2º grau e chega a 51,7% nos tribunais superiores.

Essa questão é mais bem avaliada quando se leva em consideração os extremos, isto é, “não leva em conta” e “leva muito em conta”. A opção “leva adequadamente em conta” admite maior margem de interpretação.

35) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a **repercussão social?**

| Repercussão social | Não leva em conta | | Leva pouco em conta | | Leva adequadamente em conta | | Leva muito em conta | |
|-------------------------|-------------------|------|---------------------|------|-----------------------------|------|---------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) 1º Grau | 354 | 10,1 | 929 | 26,5 | 1611 | 45,9 | 616 | 17,5 |
| b) 2º Grau | 237 | 6,9 | 1047 | 30,4 | 1616 | 46,9 | 548 | 15,9 |
| c) Tribunais Superiores | 292 | 8,7 | 827 | 24,7 | 1223 | 36,5 | 1010 | 30,1 |

A repercussão social das decisões é menos contrastante do que a econômica. Contudo, as diferenças ainda são significativas. O 1º e o 2º graus estão mais próximos, enquanto os tribunais superiores se distanciam com um percentual de 30,1% na alternativa "leva muito em conta", que é praticamente o dobro do obtido nas instâncias inferiores.

Nota-se, entretanto, que quando se analisa a opção "não leva em conta", os percentuais são mais semelhantes entre o 2º grau e os tribunais.

Analizando-se exclusivamente o 1º grau, verifica-se um crescimento significativo da opção "leva muito em conta" quando se compara a repercussão econômica e a social (6,4% X 17,5%).

No sentido inverso, decresce o percentual relativo aos tribunais superiores quando se considera a repercussão econômica e a social (51,7 X 30,1%).

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005

| | 2005 | | 2015 | |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 1º GRAU | 2º GRAU | 1º GRAU | 2º GRAU |
| REPERCUSSÃO ECONÔMICA | 37,3 | 34,1 | 39,3 | 58,0 |
| REPERCUSSÃO SOCIAL | 80,3 | 73,1 | 63,4 | 62,8 |

Como se observa a partir dos dados contidos na tabela acima, houve mudanças significativas quando se contrasta os resultados das duas pesquisas.

A principal mudança no 1º grau se deu em relação à repercussão social – abaixou de 80,3% para 63,4%.

Ocorreu um extraordinário crescimento no que se refere ao 2º grau quanto à repercussão econômica (34,1% X 58,0%). Já quanto à repercussão social, houve um decréscimo (73,1% X 62,8%).

36) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no **1º grau, no **2º grau** e nos **Tribunais Superiores** leva em conta a **repercussão midiática**?**

| Repercussão midiática | Não leva em conta | | Leva pouco em conta | | Leva adequadamente em conta | | Leva muito em conta | |
|-------------------------|-------------------|------|---------------------|------|-----------------------------|------|---------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) 1º Grau | 879 | 25,5 | 1240 | 36,0 | 881 | 25,5 | 448 | 13,0 |
| b) 2º Grau | 459 | 13,6 | 1055 | 31,2 | 1063 | 31,5 | 802 | 23,7 |
| c) Tribunais Superiores | 329 | 10,0 | 695 | 21,0 | 843 | 25,5 | 1437 | 43,5 |

Um percentual significativo dos entrevistados percebe uma diferença acentuada no que se refere à repercussão midiática entre as instâncias. Assim, enquanto esse fator é considerado muito importante para apenas 13% no 1º grau, ele sobe para 23,7% no 2º grau e atinge 43,5% nos tribunais superiores.

37) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do ramo da justiça em que está vinculado, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

| | Notas Médias |
|------------------------------------------------------|--------------|
| a) Independência em relação ao Executivo | 7,5 |
| b) Independência em relação ao Legislativo | 8,0 |
| c) Independência em relação aos Tribunais Superiores | 7,2 |
| d) Independência em relação ao CNJ | 6,5 |

As médias são de aprovação em todos os itens. Observa-se, entretanto uma graduação: a independência em relação ao Legislativo é a que recebe nota mais alta (8,0); em segundo lugar é a independência em relação ao Executivo (7,5); na terceira colocação está a independência em relação aos Tribunais Superiores (7,2); e, por fim, a independência em relação ao CNJ (6,5). Mesmo que esta última média seja a mais baixa, ainda assim é uma nota positiva.

A análise das avaliações dos magistrados que estão em atividade mostra que não existem diferenças significativas entre os gêneros, em nenhum dos itens. Assim como essas notas médias não são distintas das observadas quando se considera conjuntamente os aposentados e os em atividade.

AVALIAÇÃO

Magistrados em atividade, em %

| | MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
|------------------------------------------------------|-----------|----------|-------|
| a) Independência em relação ao Executivo | 7,4 | 7,4 | 7,4 |
| b) Independência em relação ao Legislativo | 8,0 | 7,8 | 7,9 |
| c) Independência em relação aos Tribunais Superiores | 7,1 | 7,1 | 7,1 |
| d) Independência em relação ao CNJ | 6,2 | 6,3 | 6,3 |

38) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do STF nas seguintes áreas, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

| Atuação do STF | Notas, por gênero | | |
|-----------------------------------------------------------|-------------------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | Total |
| a) Independência em relação ao Executivo | 5,8 | 5,2 | 5,6 |
| b) Independência em relação ao Congresso Nacional | 6,6 | 6,0 | 6,4 |
| c) Relação com o CNJ | 7,6 | 6,9 | 7,4 |
| d) Relação com demais Tribunais Superiores | 7,9 | 7,5 | 7,8 |
| e) Relação com a magistratura | 6,7 | 6,4 | 6,6 |
| f) Relação com as associações de classe | 6,5 | 6,2 | 6,4 |
| g) Independência em relação às forças econômicas privadas | 6,2 | 5,8 | 6,1 |
| h) Independência em relação aos movimentos sociais | 6,5 | 6,3 | 6,5 |
| i) Independência em relação à mídia e à opinião pública | 6,3 | 6,0 | 6,2 |

É importante sublinhar que todas as notas são de aprovação. Não existe nenhuma abaixo de 5,0. A nota mais alta foi conferida para a relação do STF com os demais Tribunais Superiores (7,8). Em contraste, a nota mais baixa foi dada para a independência em relação ao Executivo (5,6).

Em todas essas médias relativas à atuação do STF, testes estatísticos apontam que é significativa a diferença de avaliação entre os gêneros. As mulheres são mais críticas em todos os itens.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

| Atuação do STF | Notas, por gênero | | |
|-----------------------------------------------------------|-------------------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | Total |
| a) Independência em relação ao Executivo | 5,6 | 5,0 | 5,4 |
| b) Independência em relação ao Congresso Nacional | 6,4 | 5,9 | 6,3 |
| c) Relação com o CNJ | 7,6 | 6,9 | 7,3 |
| d) Relação com demais Tribunais Superiores | 8,0 | 7,5 | 7,8 |
| e) Relação com a magistratura | 6,4 | 6,3 | 6,4 |
| f) Relação com as associações de classe | 6,3 | 6,2 | 6,3 |
| g) Independência em relação às forças econômicas privadas | 5,9 | 5,7 | 5,8 |
| h) Independência em relação aos movimentos sociais | 6,4 | 6,3 | 6,4 |
| i) Independência em relação à mídia e à opinião pública | 6,1 | 6,0 | 6,0 |

Considerando-se apenas os respondentes na ativa, as mulheres conferiram notas significativamente mais críticas do que os homens em relação à independência em relação ao Executivo, ao Congresso Nacional, ao CNJ e aos Tribunais Superiores.

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005:

A avaliação do STF melhorou em todos os aspectos. Em 2005, havia duas notas de reprovação – em relação ao Executivo e em relação às forças econômicas privadas. Tal como em 2005, em 2015 a mais alta avaliação coube à relação com os demais Tribunais Superiores.

Avaliação STF, notas médias

| | 2005 | 2015 |
|--------------------------------------------------------|------|------|
| Independência em relação ao Executivo | 3,9 | 5,6 |
| Independência em relação ao Congresso Nacional | 5,3 | 6,4 |
| Relação com demais Tribunais Superiores | 6,5 | 7,8 |
| Relação com a magistratura | 5,1 | 6,6 |
| Relação com as associações de classe | 5,0 | 6,4 |
| Independência em relação às forças econômicas privadas | 4,8 | 6,1 |

39) Qual o seu grau de concordância em relação às seguintes alternativas referentes à composição do STF. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso discorde totalmente e 10 caso concorde totalmente.

| Composição do STF | Notas | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | Total |
| a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual) | 2,0 | 1,4 | 1,8 |
| b) Indicado apenas dentre membros da carreira da magistratura | 7,4 | 8,0 | 7,5 |
| c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo | 2,5 | 1,8 | 2,3 |
| d) Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e advogados | 3,7 | 3,6 | 3,7 |
| e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República | 3,6 | 2,4 | 3,3 |
| f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República | 5,9 | 5,5 | 5,8 |
| g) Ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo | 6,0 | 6,4 | 6,1 |
| h) Ministro deve ser eleito pela magistratura | 5,9 | 7,2 | 6,2 |

Como se observa, os entrevistados manifestam forte rejeição ao modelo atual que determina a composição dos integrantes do STF por meio da indicação pelo Presidente da República e aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal (média 1,8).

Também são expressivas as reprovações das alternativas que propõem:

- que o STF tenha composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo (média 2,3);
- que os integrantes sejam indicados pelo STF e escolhidos pelo Presidente da República (3,3);
- que haja uma composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e advogados (3,7).

A alternativa que recebeu o maior percentual de apoio é a que propõe que a Corte Suprema seja formada apenas por integrantes indicados dentre membros da carreira da magistratura.

Ressalte-se o apoio por parte dos entrevistados à proposta segundo a qual ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo (nota média 6,1).

Testes estatísticos permitem constatar diferenças significativas no posicionamento de homens e mulheres em relação a todas as alternativas. Apenas na alternativa "d" (Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e advogados) ambos os gêneros têm posição contrária semelhante.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

| Composição do STF | Notas | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | Total |
| a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual) | 1,9 | 1,4 | 1,7 |
| b) Indicado apenas dentre membros da carreira da magistratura | 7,6 | 8,0 | 7,7 |
| c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo | 2,6 | 1,7 | 2,3 |
| d) Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Advogados | 3,4 | 3,5 | 3,4 |
| e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República | 3,5 | 2,4 | 3,1 |
| f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República | 6,0 | 5,5 | 5,9 |
| g) Ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo | 6,0 | 5,5 | 5,9 |
| h) Ministro deve ser eleito pela magistratura | 5,8 | 7,3 | 6,3 |

Embora não se notem diferenças importantes quando se considera todos os respondentes e apenas os que estão em atividade, o mesmo não pode ser dito quando se contrasta as notas médias dadas por homens e mulheres na ativa. São significativas as diferenças no que se refere às alternativas: a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual); b) Indicado apenas entre membros da carreira da magistratura; c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo; e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República; f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República; e h) Ministro deve ser eleito pela magistratura.

Como se observa, em relação às opções que tiveram notas médias mais altas, as mulheres são mais favoráveis à indicação apenas entre membros da carreira da magistratura e à alternativa segundo a qual o ministro deve ser eleito pela magistratura.

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005:

Não ocorreram mudanças significativas nas opiniões dos entrevistados no que se refere às alternativas sobre a composição do STF. A única alteração estatisticamente significativa é a que diz respeito à opção "ministro deve exercer mandato com limite de tempo. A nota média subiu de 5,5 para 6,1.

| Composição do STF | 2005 | 2015 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|
| a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual) | 1,5 | 1,8 |
| b) Indicado apenas entre membros da carreira da magistratura | 7,8 | 7,5 |
| c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo | 2,0 | 2,3 |
| d) Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Advogados | 3,9 | 3,7 |
| e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República | 2,6 | 3,3 |
| f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República | 5,7 | 5,8 |
| g) Ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo | 5,5 | 6,1 |
| h) Ministro deve ser eleito pela magistratura | | 6,2 |

40) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:

| Propostas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Transformar o STF em Corte Constitucional | 2152 | 63,9 | 902 | 26,8 | 167 | 5,0 | 112 | 3,3 | 35 | 1,0 |
| b) Reduzir as possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores | 2224 | 62,7 | 1035 | 29,2 | 63 | 1,8 | 160 | 4,5 | 65 | 1,8 |
| c) Estabelecer um prazo máximo para pedido de vista em qualquer órgão colegiado | 2382 | 67,1 | 1012 | 28,5 | 87 | 2,5 | 58 | 1,6 | 11 | 0,3 |
| d) Estabelecer prazo para julgamento de súmulas impeditivas e vinculantes | 1846 | 53,1 | 1194 | 34,3 | 331 | 9,5 | 85 | 2,4 | 23 | 0,7 |
| e) Estabelecer prazo para indicação de ministros de tribunais superiores | 2271 | 64,3 | 1037 | 29,4 | 178 | 5,0 | 32 | 0,9 | 12 | 0,3 |
| f) Estabelecer prazo para indicação de conselheiros do CNJ | 2039 | 58,8 | 1071 | 30,9 | 313 | 9,0 | 30 | 0,9 | 15 | 0,4 |
| g) Aumento do tempo de mandato das administrações dos tribunais para 3 anos | 909 | 26,2 | 860 | 24,8 | 569 | 16,4 | 745 | 21,5 | 386 | 11,1 |
| h) Permissão de reeleição das administrações dos tribunais | 569 | 16,2 | 738 | 21,0 | 311 | 8,9 | 1076 | 30,7 | 815 | 23,2 |

Continua na próxima página ►

| Propostas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|-----|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| j) Aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos | 1973 | 56,2 | 598 | 17,0 | 230 | 6,6 | 400 | 11,4 | 307 | 8,8 |
| k) Aposentadoria compulsória de magistrados aos 75 anos | 508 | 14,5 | 316 | 9,0 | 256 | 7,3 | 805 | 23,0 | 1622 | 46,3 |
| l) Participação político-partidária de magistrados | 171 | 4,8 | 214 | 6,0 | 113 | 3,2 | 912 | 25,7 | 2138 | 60,3 |
| m) Participação político-partidária de membros do MP | 160 | 4,5 | 208 | 5,9 | 173 | 4,9 | 904 | 25,6 | 2092 | 59,1 |
| n) Excluir as execuções fiscais da esfera judicial, remetendo-as às vias administrativas. | 1516 | 43,8 | 849 | 24,5 | 213 | 6,1 | 470 | 13,6 | 416 | 12,0 |
| o) Vedar o acesso aos tribunais superiores nas vagas da magistratura de magistrados originados do quinto constitucional nos respectivos tribunais | 2340 | 66,7 | 518 | 14,8 | 170 | 4,8 | 240 | 6,8 | 240 | 6,8 |

É notável o grau de homogeneidade entre os entrevistados, no que se refere às propostas apresentadas nessa questão. Com efeito, no total de 15 propostas, em 13 delas os percentuais, quer a favor quer contra, são extremamente altos (sempre acima de 68%), indicando um alto grau de concordância entre os magistrados.

O exame das avaliações “totalmente favorável” e “favorável” somadas indica a seguinte hierarquia, indo do maior ao menor percentual de apoio ou de rejeição à proposta.

- 1) 95,6%: **A FAVOR:** Estabelecer um prazo máximo para pedido de vista em qualquer órgão colegiado;
- 2) 93,7%: **A FAVOR:** Estabelecer prazo para indicação de ministros de tribunais superiores;
- 3) 91,9%: **A FAVOR:** Reduzir as possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores;
- 4) 90,7%: **A FAVOR:** Transformar o STF em Corte Constitucional;
- 5) 89,7%: **A FAVOR:** Estabelecer prazo para indicação de conselheiros do CNJ;
- 6) 87,4%: **A FAVOR:** Estabelecer prazo para julgamento de súmulas impeditivas e vinculantes;
- 7) 86,0%: **CONTRA:** Participação político-partidária de magistrados;
- 8) 84,7%: **CONTRA:** Participação político-partidária de membros do MP;
- 9) 81,5%: **A FAVOR:** Vedar o acesso aos tribunais superiores nas vagas da magistratura de magistrados originados do quinto constitucional nos respectivos tribunais;
- 10) 78,4%: **A FAVOR:** Extinção do quinto constitucional como forma de ingresso na magistratura;
- 11) 73,3%: **A FAVOR:** Aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos;
- 12) 69,3%: **CONTRA:** Aposentadoria compulsória de magistrados aos 75 anos;
- 13) 68,3%: **A FAVOR:** Excluir as execuções fiscais da esfera judicial, remetendo-as às vias administrativas.

Duas propostas diferem do que foi observado em relação às demais, obtendo percentuais menores. O aumento do tempo de mandato das administrações dos tribunais para três anos tem o apoio de 51%, a discordância de 32,6% e 16,4% manifestaram-se indiferentes. Da mesma forma, nota-se dissensos relativos à proposta referente à permissão de reeleição das administrações dos tribunais: 37,2% são favoráveis, 53,9% contrários e 8,9% indiferentes.

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005:

Cresceu ainda mais o percentual de entrevistados que se manifestaram favoravelmente às duas propostas constantes da tabela abaixo, neste intervalo de 10 anos entre as duas pesquisas.

Comparação: Avaliação propostas FAVORÁVEL, pesquisas 2005 e 2015, em %

| | 2005 | 2015 |
|----------------------------------------------------------------|------|------|
| Transformar o STF em Corte Constitucional | 85,6 | 90,7 |
| Reducir as possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores | 89,2 | 91,9 |

41) Em relação à eleição para preenchimento dos cargos de direção dos tribunais, qual seu grau de concordância às seguintes propostas:

| Propostas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|----------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|-----|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Só os desembargadores devem ter direito a voto | 544 | 15,6 | 243 | 7,0 | 66 | 1,9 | 901 | 25,8 | 1740 | 49,8 |
| b) Só os desembargadores são elegíveis | 1419 | 40,5 | 961 | 27,4 | 66 | 1,9 | 427 | 12,2 | 628 | 17,9 |
| c) Só os três desembargadores mais antigos são elegíveis | 207 | 6,0 | 183 | 5,3 | 171 | 4,9 | 1142 | 33,0 | 1757 | 50,8 |
| d) Todos os juízes têm direito a voto | 2422 | 68,2 | 355 | 10,0 | 66 | 1,9 | 321 | 9,0 | 387 | 10,9 |
| e) Todos os juízes são elegíveis | 799 | 22,7 | 249 | 7,1 | 138 | 3,9 | 1176 | 33,5 | 1153 | 32,8 |

Em relação à eleição para preenchimento dos cargos de direção dos tribunais, observa-se um significativo grau de semelhança entre os entrevistados.

- 83,8% discordam da alternativa que preconiza que só os desembargadores mais antigos sejam elegíveis;
- 78,2% são favoráveis a que todos os juízes tenham direito a voto;
- 75,6% são contrários a que só os desembargadores tenham direito a voto;
- 68% apoiam a proposta que defende que só os desembargadores sejam elegíveis;
- 66,3% discordam da alternativa que propõe que todos os juízes sejam elegíveis.

42) Qual o seu grau de concordância em relação aos seguintes temas?

| Temas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Aposentadoria compulsória como pena administrativa disciplinar | 948 | 27,1 | 1199 | 34,3 | 186 | 5,3 | 661 | 18,9 | 505 | 14,4 |
| b) Recesso de final de ano da Justiça | 1889 | 52,9 | 1187 | 33,3 | 136 | 3,8 | 217 | 6,1 | 140 | 3,9 |
| c) Estabelecimento de metas quantitativas pelo CNJ | 478 | 13,6 | 1301 | 37,0 | 279 | 7,9 | 935 | 26,6 | 519 | 14,8 |
| d) Estabelecimento de metas administrativas pelo CNJ | 628 | 17,9 | 1671 | 47,5 | 362 | 10,3 | 521 | 14,8 | 333 | 9,5 |
| e) Estabelecimento de critério para indicação dos conselheiros do CNJ | 2076 | 58,6 | 1279 | 36,1 | 112 | 3,2 | 38 | 1,1 | 36 | 1,0 |

O estabelecimento de critério para indicação dos conselheiros do CNJ tem a concordância de quase todos os entrevistados (94,7%). Uma maioria expressiva de 86,2% é “totalmente favorável” e “favorável” ao recesso de final de ano da Justiça.

Mais do que a metade dos entrevistados - 65,4% - é favorável ao estabelecimento de metas administrativas pelo CNJ; e 61,4% apoiam a aposentadoria compulsória como pena administrativa disciplinar.

Já o estabelecimento de metas quantitativas pelo CNJ provoca uma divisão entre os entrevistados: enquanto 50,6% manifestam-se favoravelmente e 41,4% são contrários.

43) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do CNJ nos seguintes aspectos, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

| Aspectos | Notas Médias | | |
|--------------------------------------------------|--------------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Total |
| a) Controle administrativo | 6,2 | 6,0 | 6,1 |
| b) Controle disciplinar do 1º grau | 5,9 | 5,8 | 5,9 |
| c) Controle disciplinar do 2º grau | 5,0 | 4,9 | 5,0 |
| d) Controle disciplinar dos tribunais superiores | 3,7 | 4,1 | 3,8 |
| e) Planejamento estratégico | 5,6 | 5,7 | 5,6 |
| f) Planejamento orçamentário | 5,4 | 5,5 | 5,4 |
| g) Valorização do 1º grau | 4,4 | 4,2 | 4,4 |
| h) Fortalecimento da Independência do Judiciário | 4,5 | 4,4 | 4,5 |
| i) Transparência | 5,6 | 5,5 | 5,6 |
| j) Relação com a sociedade | 5,7 | 5,7 | 5,7 |
| k) Relação com a mídia | 5,9 | 6,0 | 5,9 |
| l) Inspeções | 5,2 | 5,2 | 5,2 |

O CNJ recebe notas apenas regulares na maioria dos aspectos e notas de reprovação em três áreas. A atuação mais bem avaliada é o controle administrativo, com 6,1 de nota. Em seguida, estão o controle disciplinar de 1º grau e a relação com a mídia.

A atuação em relação ao controle disciplinar dos tribunais superiores é fortemente reprovada, recebendo nota 3,8. Também merecem baixa avaliação duas outras áreas de atuação: a valorização do 1º grau e o fortalecimento da independência do Judiciário.

A comparação das avaliações por gênero mostra que os homens conferiram nota significativamente mais baixa no que se refere ao controle disciplinar dos tribunais superiores. Estatisticamente também há diferenças na avaliação relativa ao 1º grau. Nesse caso, as mulheres foram mais críticas.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA – AVALIAÇÃO CNJ:

| Aspectos | Notas Médias | | |
|--------------------------------------------------|--------------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | TOTAL |
| a) Controle administrativo | 6,1 | 6,1 | 6,1 |
| b) Controle disciplinar do 1º grau | 5,8 | 5,9 | 5,8 |
| c) Controle disciplinar do 2º grau | 4,8 | 4,9 | 4,8 |
| d) Controle disciplinar dos tribunais superiores | 3,3 | 4,1 | 3,6 |
| e) Planejamento estratégico | 5,5 | 5,8 | 5,6 |
| f) Planejamento orçamentário | 5,3 | 5,6 | 5,4 |
| g) Valorização do 1º grau | 4,0 | 4,1 | 4,0 |
| h) Fortalecimento da Independência do Judiciário | 3,9 | 4,4 | 4,1 |
| i) Transparência | 5,3 | 5,5 | 5,3 |
| j) Relação com a sociedade | 5,5 | 5,8 | 5,6 |
| k) Relação com a mídia | 5,8 | 6,1 | 5,9 |
| l) Inspeções | 5,0 | 5,2 | 5,0 |

Há diferenças estatisticamente significativas entre as notas conferidas por homens e mulheres em relação aos aspectos: d) Controle disciplinar dos tribunais superiores; e) Planejamento estratégico; f) Planejamento orçamentário; h) Fortalecimento da Independência do Judiciário; i) Transparência; j) Relação com a sociedade; k) Relação com a mídia; e l) Inspeções.

44) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões do CNJ leva em conta a repercussão econômica, social e midiática?

| Repercussão Econômica Social Midiática | Leva muito em conta | | Leva adequadamente em conta | | Não leva em conta | |
|-------------------------------------------|------------------------|------|-----------------------------------|------|-------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % |
| a) Repercussão econômica | 969 | 27,5 | 1648 | 46,8 | 906 | 25,7 |
| b) Repercussão social | 1257 | 35,6 | 1647 | 46,7 | 624 | 17,7 |
| c) Repercussão midiática | 2202 | 62,4 | 974 | 27,6 | 355 | 10,1 |

Segundo a percepção dos entrevistados, a repercussão midiática é muito levada em conta pelo CNJ, em uma proporção muito maior do que a repercussão social e a econômica. Nota-se, contudo, que são expressivos os percentuais dos que consideram que a repercussão social e a econômica são adequadamente levadas em conta.

45) O CNJ, para combater o congestionamento e a sobrecarga de trabalho no 1º grau, instituiu a "Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição". Dentre as várias linhas de atuação que deverão nortear esta política de atuação, quais já foram implementadas no âmbito do seu tribunal?

| | 1. Sim | | 2. Não | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|------|--------|------|
| | N | % | N | % |
| a) criação de comitês gestores, com representantes de todas as instâncias, para gerir e implementar o programa de valorização do 1º grau | 1809 | 58,4 | 1287 | 41,6 |
| b) equalização da distribuição dos recursos orçamentários entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos | 697 | 22,7 | 2367 | 77,3 |
| c) equalização da distribuição da força de trabalho entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos | 649 | 21,1 | 2426 | 78,9 |
| d) previsão e criação de infraestrutura e tecnologia adequadas ao funcionamento dos serviços judiciários do 1º grau | 1454 | 47,0 | 1637 | 53,0 |
| e) adoção de medidas concretas com objetivo de conferir tratamento adequado às demandas de massa | 1011 | 32,8 | 2075 | 67,2 |
| f) promoção de estudos e pesquisas sobre as causas e consequências do mau funcionamento do 1º grau, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões | 1263 | 40,8 | 1829 | 59,2 |

Para a maior parte dos entrevistados, apenas uma dentre as várias linhas de atuação do CNJ para combater o congestionamento e a sobrecarga de trabalho no 1º grau foi implementada – a criação de comitês gestores, com representantes de todas as instâncias, para gerir e implementar o programa de valorização do 1º grau.

Todas as demais não foram, de fato, adotadas. As linhas de atuação em pior situação são:

- ➡ para 78,9% dos respondentes é a equalização da distribuição da força de trabalho entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos;
- ➡ para 77,3% é a equalização da distribuição dos recursos orçamentários entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos.

46) Quanto às futuras indicações de integrantes do CNJ, o (a) Sr (a) considera que a AMB deveria procurar influenciar na indicação dos magistrados que compõem a instituição?

| | N | % |
|-----|------|------|
| SIM | 2707 | 76,0 |
| NÃO | 853 | 24,0 |

Mais de ¾ dos respondentes julgam que a AMB deveria procurar influenciar na indicação dos magistrados que compõem o CNJ.

47) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:

| Temas | Favorável | | Indiferente | | Contrário | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|
| | N | % | N | % | N | % |
| a) Isonomia de proventos entre ativos e aposentados | 3352 | 92,8 | 144 | 4,0 | 115 | 3,2 |
| b) Isonomia de proventos entre magistrados das Justiças Estadual, Trabalhista, Federal e Militar | 3212 | 89,2 | 263 | 7,3 | 126 | 3,5 |
| c) Isonomia de benefícios indiretos, entre todos os magistrados | 3252 | 90,5 | 188 | 5,2 | 154 | 4,3 |
| d) Isonomia plena, de proventos e benefícios indiretos, entre a magistratura e os membros do Ministério Público | 2093 | 58,1 | 692 | 19,2 | 815 | 22,6 |

Praticamente a totalidade (92,8%) dos entrevistados é favorável à isonomia de proventos entre ativos e aposentados. Proporção igualmente alta apoia a isonomia de benefícios indiretos entre todos os magistrados (90,5%) e também a isonomia de proventos entre magistrados das Justiças Estadual, Trabalhista, Federal e Militar (89,2%). Apenas a isonomia plena, de proventos e benefício indiretos, entre a magistratura e os membros do Ministério Público tem um percentual menor de apoio, ainda que a maioria tenha se posicionado favoravelmente (58,1%).

48) O (A) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pelas Escolas da Magistratura?

| ATIVIDADES | N | % |
|----------------------------------------------|------|------|
| 1. Sempre | 892 | 26,1 |
| 2. Ocasionalmente | 1662 | 48,6 |
| 3. Raramente | 691 | 20,2 |
| 4. Apenas nos cursos para promoção e remoção | 174 | 5,1 |

A maior parte dos respondentes participa das atividades desenvolvidas pelas Escolas da Magistratura. As alternativas “sempre” e “ocasionalmente” somam 74,7%.

49) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação das Escolas da Magistratura no que se refere aos cursos, fóruns e seminários oferecidos?

| AVALIAÇÃO Esc. Magistratura | N | % |
|------------------------------------------------------|------|------|
| 1. Muito útil para o exercício da judicatura | 1952 | 54,6 |
| 2. Relativamente útil para o exercício da judicatura | 1199 | 33,6 |
| 3. De baixo impacto para o exercício da judicatura | 421 | 11,8 |

Mais da metade avalia como muito útil para o exercício da judicatura a atuação das Escolas da Magistratura (54,6%).

50) Na sua opinião, que tipo de atividade das Escolas da Magistratura poderiam atrair os juízes?

| ATIVIDADES Esc. Magistratura | SIM | | NÃO | |
|------------------------------------|------|------|------|------|
| | N | % | N | % |
| 1. Cursos multidisciplinares | 2563 | 73,5 | 925 | 26,5 |
| 2. Cursos de informática | 788 | 23,6 | 2557 | 76,4 |
| 3. Cursos exclusivamente jurídicos | 1523 | 44,4 | 1906 | 55,6 |
| 4. Formação humana | 1702 | 49,9 | 1709 | 50,1 |

Cursos multidisciplinares correspondem à atividade com maior potencial de atrair os juízes. Em oposição, a atividade com menor capacidade de atração são os cursos de informática (76,4%). Observe-se que 318 não manifestaram opinião em relação a essa alternativa.

A formação humana divide os entrevistados. Assim, enquanto 49,9% avaliam que sim, outros 50,1% consideram que não.

51) Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades da Escola Nacional da Magistratura (ENM – vinculada à AMB)?

| Prioridades ENM | Prioridade Alta | | Prioridade Média | | Indiferente | | Prioridade Baixa | | Não deveria ser feito | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|------|------------------|------|-------------|------|------------------|------|-----------------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Coordenar e planejar a atuação das demais Escolas | 1367 | 40,9 | 1081 | 32,4 | 359 | 10,7 | 279 | 8,4 | 254 | 7,6 |
| b) Realizar cursos regionais de aperfeiçoamento | 1875 | 54,8 | 1231 | 36,0 | 139 | 4,1 | 135 | 3,9 | 40 | 1,2 |
| c) Estabelecer convênios com instituições para mestrados e doutorados | 2277 | 66,1 | 862 | 25,0 | 159 | 4,6 | 122 | 3,5 | 26 | 0,8 |
| d) Realizar cursos sobre solução alternativa de conflitos | 1388 | 40,6 | 1304 | 38,1 | 360 | 10,5 | 314 | 9,2 | 56 | 1,6 |
| e) Realizar cursos de "media training" | 591 | 18,3 | 1291 | 40,0 | 822 | 25,5 | 464 | 14,4 | 59 | 1,8 |
| f) Realizar cursos sobre gestão, finanças e orçamento | 916 | 27,1 | 1382 | 40,9 | 543 | 16,1 | 471 | 13,9 | 66 | 2,0 |
| g) Treinamento de professores | 1115 | 33,2 | 1225 | 33,4 | 526 | 15,7 | 368 | 11,0 | 121 | 3,6 |
| h) Administração Judiciária | 1479 | 43,5 | 1407 | 41,4 | 256 | 7,5 | 213 | 6,3 | 44 | 1,3 |
| i) Criação de um Centro de Pesquisas | 1412 | 41,8 | 1276 | 37,7 | 375 | 11,1 | 262 | 7,7 | 56 | 1,7 |
| j) Promover encontros de juízes com a mesma competência especializada | 2007 | 58,4 | 1087 | 31,6 | 169 | 4,9 | 147 | 4,3 | 28 | 0,8 |

O estabelecimento de convênios com instituições para mestrados e doutorados é a alternativa que recebe a maior proporção de indicações como prioridade alta (66,1%). Em segundo lugar, aparece a promoção de encontros de juízes com a mesma competência especializada (58,4%).

Quando se considera a soma das opções "prioridade alta" e "prioridade média" tem-se a seguinte lista de opções, da mais alta a mais baixa:

1. c) Estabelecer convênios com instituições para mestrados e doutorados (91,1%);
2. b) Realizar cursos regionais de aperfeiçoamento (90,8%);
3. j) Promover encontros de juízes com a mesma competência especializada (90,0%);
4. h) Administração Judiciária (84,9%);
5. i) Criação de um Centro de Pesquisas (79,5%);
6. d) Realizar cursos sobre solução alternativa de conflitos (78,7%);
7. a) Coordenar e planejar a atuação das demais Escolas (73,3%);
8. g) Treinamento de professores (69,7%);
9. f) Realizar cursos sobre gestão, finanças e orçamento 68,0%);
10. e) Realizar cursos de "media training" (58,3%).

52) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:

| Propostas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) diminuição da maioridade penal | 1026 | 29,2 | 664 | 18,9 | 82 | 2,3 | 779 | 22,2 | 965 | 27,4 |
| b) aumentar o tempo de internação de adolescentes infratores | 1544 | 44,2 | 1427 | 40,9 | 103 | 2,9 | 254 | 7,3 | 165 | 4,7 |
| c) aumentar as hipóteses de internação de adolescentes infratores | 1352 | 38,9 | 1428 | 41,1 | 143 | 4,1 | 386 | 11,1 | 164 | 4,7 |
| d) ampliar o poder discricionário da autoridade administrativa penitenciária | 371 | 10,9 | 783 | 23,1 | 341 | 10,0 | 1436 | 42,3 | 463 | 13,6 |
| e) aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de progressão de regime em relação a determinados crimes graves | 1990 | 56,6 | 1182 | 33,6 | 71 | 2,0 | 171 | 4,9 | 103 | 2,9 |
| f) aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de livramento condicional | 1774 | 50,7 | 1180 | 33,7 | 157 | 4,5 | 290 | 8,3 | 101 | 2,9 |
| g) sistema mais efetivo de acautelamento de recuperação de bens e ativos decorrentes da prática de crime | 2321 | 66,7 | 1064 | 30,6 | 79 | 2,3 | 11 | 0,3 | 7 | 0,2 |
| h) ampliação dos casos de investigação sigilosa em crimes graves | 1435 | 41,6 | 1273 | 36,9 | 314 | 9,1 | 326 | 9,5 | 100 | 2,9 |
| i) aumento da pena mínima para delitos de tráfico de drogas | 1623 | 46,4 | 884 | 25,3 | 290 | 8,3 | 521 | 14,9 | 180 | 5,1 |
| j) proibição de liberdade provisória, com ou sem fiança, para delitos de tráfico de drogas | 1477 | 42,2 | 868 | 24,8 | 184 | 5,3 | 700 | 20,0 | 273 | 7,8 |

| Propostas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| k) possibilidade de considerar as infrações penais em geral como delito antecedente para a tipificação de lavagem de dinheiro | 1351 | 41,5 | 1149 | 35,3 | 393 | 12,1 | 277 | 8,5 | 87 | 2,7 |
| l) definição mais detalhada dos tipos penais, para diminuir as divergências de interpretação | 1246 | 36,1 | 1326 | 38,5 | 486 | 14,1 | 312 | 9,1 | 77 | 2,2 |
| m) penas mais severas para agentes políticos em casos de corrupção e improbidade | 2467 | 69,9 | 878 | 24,9 | 108 | 3,1 | 61 | 1,7 | 14 | 0,4 |
| n) utilização mais intensa de acordos internacionais em matéria penal | 1190 | 35,1 | 1324 | 39,1 | 568 | 16,8 | 239 | 7,1 | 69 | 2,0 |
| o) aumento do limite máximo do cumprimento de pena privativa de liberdade | 1538 | 44,2 | 882 | 25,3 | 306 | 8,8 | 567 | 16,3 | 187 | 5,4 |
| p) supressão da figura de crime hediondo | 152 | 4,3 | 270 | 7,4 | 279 | 7,9 | 1537 | 43,7 | 1281 | 36,4 |
| q) ampliar a aplicação de penas alternativas | 674 | 19,1 | 1502 | 42,6 | 301 | 8,5 | 797 | 22,6 | 250 | 7,1 |
| r) criação de varas especializadas para julgar crimes financeiros e lavagem de dinheiro | 1625 | 45,9 | 1402 | 39,6 | 284 | 8,0 | 182 | 5,1 | 45 | 1,3 |
| s) desriminalização do uso de entorpecente | 449 | 12,9 | 723 | 20,8 | 217 | 6,3 | 1166 | 33,6 | 914 | 26,3 |
| t) desriminalização do aborto | 587 | 17,0 | 851 | 24,6 | 266 | 7,7 | 973 | 28,1 | 781 | 22,6 |
| u) revisão da Lei da Anistia | 484 | 14,7 | 687 | 20,9 | 530 | 16,1 | 728 | 22,1 | 860 | 26,1 |

Em relação a essas 21 propostas, nota-se que em 11 há um alto grau de concordância entre os respondentes. Nessas 11, mais de $\frac{3}{4}$ manifestaram a mesma opinião. São elas, em ordem decrescente de apoio, resultante da soma das opções “totalmente favorável” e “favorável”:

- 97,2%: g) **A FAVOR:** sistema mais efetivo de acautelamento de recuperação de bens e ativos decorrentes da prática de crime;
- 94,8%: m) **A FAVOR:** penas mais severas para agentes políticos em casos de corrupção e improbidade;
- 90,2%: e) **A FAVOR:** aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de progressão de regime em relação a determinados crimes graves;
- 85,6%: r) **A FAVOR:** criação de varas especializadas para julgar crimes financeiros e lavagem de dinheiro;
- 85,1%: b) **A FAVOR:** aumentar o tempo de internação de adolescentes infratores;
- 84,4%: f) **A FAVOR:** aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de livramento condicional;
- 80,0%: c) **A FAVOR:** aumentar as hipóteses de internação de adolescentes infratores;
- 78,5%: h) **A FAVOR:** ampliação dos casos de investigação sigilosa em crimes graves;
- 76,8%: k) **A FAVOR:** possibilidade de considerar as infrações penais em geral como delito antecedente para a tipificação de lavagem de dinheiro;
- 74,6%: l) **A FAVOR:** definição mais detalhada dos tipos penais, para diminuir as divergências de interpretação;
- 80,1%: **CONTRA:** p) supressão da figura de crime hediondo.

Com percentual menor do que o manifestado nas propostas anteriores, mas reunindo a maioria dos respondentes:

- 74,2%: n) **A FAVOR:** utilização mais intensa de acordos internacionais em matéria penal;
- 71,7%: i) **A FAVOR:** aumento da pena mínima para delitos de tráfico de drogas;
- 69,5%: o) **A FAVOR:** aumento do limite máximo do cumprimento de pena privativa de liberdade;
- 67,0%: j) **A FAVOR:** proibição de liberdade provisória, com ou sem fiança, para delitos de tráfico de drogas;
- 61,7%: q) **A FAVOR:** ampliar a aplicação de penas alternativas.

A proposta que advoga a diminuição da maioridade penal provoca uma divisão entre os respondentes: 48,1% se manifestam favoravelmente e 49,6% são contrários. Quando se destaca os que optaram por “totalmente” a favor ou “totalmente” contra, essa polarização é visível: 29,2% versus 27,4%.

Divisão relativamente semelhante é observada em relação à proposta sobre a desriminalização do aborto: 41,6% são favoráveis e 50,7% são contrários.

Outro tema que divide os entrevistados é a proposta que objetiva a desriminalização do uso de entorpecentes. Uma maioria de 59,9% é contrária e 33,8% são favoráveis.

No que se refere à proposta que visa ampliar o poder discricionário da autoridade administrativa penitenciária, 51,8% se disseram contrários e 34% a favor.

A revisão da Lei da Anistia é a proposta que provoca a menor maioria: 48,2% são contrários e 35,6% a favor. Observa-se em relação a essa proposta que é significativo o percentual de respondentes que optaram por “indiferente”: 16,1%.

53) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:

| Temas | Totalmente Favorável | | Favorável | | Indiferente | | Contrário | | Totalmente Contrário | |
|---------------------------------------------------------------|----------------------|------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) voto facultativo | 1714 | 48,4 | 1000 | 28,2 | 83 | 2,3 | 543 | 15,3 | 201 | 5,7 |
| b) voto distrital | 1092 | 33,1 | 1203 | 36,5 | 433 | 13,1 | 421 | 12,8 | 147 | 4,5 |
| c) fim da reeleição | 1789 | 50,3 | 953 | 26,8 | 216 | 6,1 | 490 | 13,8 | 108 | 3,0 |
| d) mandato de 5 anos para cargos executivos | 1234 | 35,0 | 1104 | 31,3 | 274 | 7,8 | 675 | 19,1 | 239 | 6,8 |
| e) financiamento público de campanha eleitoral | 630 | 18,4 | 825 | 42,4 | 175 | 5,1 | 984 | 28,7 | 816 | 23,8 |
| f) cláusula de barreira | 776 | 26,3 | 1167 | 39,6 | 578 | 19,6 | 307 | 10,4 | 117 | 4,0 |
| g) fidelidade partidária | 1305 | 38,0 | 1581 | 46,1 | 296 | 8,6 | 175 | 5,1 | 76 | 2,2 |
| h) conselhos populares | 439 | 13,2 | 927 | 27,9 | 489 | 14,7 | 667 | 20,1 | 795 | 24,0 |
| i) regulação da mídia | 396 | 11,6 | 695 | 20,3 | 236 | 6,9 | 974 | 28,5 | 1117 | 32,7 |
| j) constituinte exclusiva | 489 | 15,8 | 661 | 21,3 | 471 | 15,2 | 720 | 23,2 | 762 | 24,5 |
| k) adoção de cotas para ingresso na Magistratura | 115 | 3,3 | 207 | 5,9 | 139 | 3,9 | 1107 | 31,4 | 1955 | 55,5 |
| l) adoção de cotas para ingresso no Ministério Público | 114 | 3,2 | 207 | 5,9 | 161 | 4,6 | 1093 | 31,1 | 1942 | 55,2 |
| m) adoção de cotas para ingresso na Defensoria Pública | 119 | 3,4 | 223 | 6,3 | 162 | 4,6 | 1088 | 30,9 | 1926 | 54,7 |
| n) adoção de cotas para ingresso na universidade | 272 | 7,7 | 603 | 17,1 | 152 | 4,3 | 957 | 27,1 | 1546 | 43,8 |

Com exceção de dois temas (financiamento público de campanha eleitoral e conselhos populares), todos os demais têm o apoio ou a rejeição da maioria dos respondentes.

Seis questões, contudo, são praticamente unâimes, recebendo mais do que $\frac{3}{4}$ dos votos. São elas em grau decrescente de acordo (soma de "totalmente favorável" e "favorável" e de "totalmente contrário" e "contrário"):

- 86,9%: k) **CONTRA** a adoção de cotas para ingresso na **Magistratura**;
- 86,3%: l) **CONTRA** adoção de cotas para ingresso no **Ministério Público**;
- 85,6%: m) **CONTRA** adoção de cotas para ingresso na **Defensoria Pública**;
- 84,1%: g) **A FAVOR**: fidelidade partidária;
- 77,1%: c) **A FAVOR**: fim da reeleição;
- 76,6%: a) **A FAVOR**: voto facultativo.

Maiorias significativas são constatadas em relação aos seguintes temas:

- 70,9%: n) **CONTRA** adoção de cotas para ingresso na universidade;
- 69,6%: b) **A FAVOR:** voto distrital;
- 66,3%: d) **A FAVOR:** mandato de 5 anos para cargos executivos;
- 66,0%: f) **A FAVOR:** cláusula de barreira; mas 19,6% não opinaram;
- 61,2%: i) **CONTRA:** regulação da mídia.

Dissensos aparecem em relação às seguintes propostas:

- j) constituinte exclusiva: 47,7% contra e 37,0% a favor. Mas 15,3% não opinaram;
- e) financiamento público de campanha eleitoral: 52,5% são contrários e 42,4% favoráveis;
- h) conselhos populares: 44,1% são contrários e 41,2% favoráveis. Em relação a essa proposta, 13,3% se disseram "indiferentes" e, 9,4% não opinaram.

54) Como o (a) Sr. (a) avalia as atividades de comunicação da AMB?

| Atividades AMB | Muito Bom | | Bom | | Regular | | Ruim | | Muito Ruim | |
|-----------------------------------|-----------|------|------|------|---------|------|------|-----|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| a) Lista de discussão na Internet | 430 | 17,8 | 1162 | 48,1 | 568 | 23,5 | 182 | 7,5 | 76 | 3,1 |
| b) Site AMB | 634 | 19,9 | 1737 | 54,6 | 656 | 20,6 | 111 | 3,5 | 41 | 1,3 |
| c) Boletim eletrônico | 633 | 20,3 | 1733 | 55,5 | 600 | 19,2 | 121 | 3,9 | 37 | 1,2 |
| d) Boletim impresso | 691 | 21,8 | 1719 | 54,2 | 584 | 18,4 | 132 | 4,2 | 48 | 1,5 |
| e) Facebook | 266 | 15,6 | 837 | 49,2 | 440 | 25,9 | 107 | 6,3 | 52 | 3,1 |
| f) Twitter | 214 | 15,3 | 642 | 46,0 | 389 | 27,9 | 100 | 7,2 | 50 | 3,6 |

Todas as atividades de comunicação da AMB são avaliadas positivamente. A mais bem avaliada atividade é o boletim impresso, com 75,9% de notas "muito bom" e "bom". Imediatamente a seguir está o boletim eletrônico, com 75,7% de "muito bom" e "bom". No mesmo patamar está o site da AMB, com 74,6%.

55) O (a) Sr. (a) considera que a AMB deve buscar patrocínios e celebrar convênios com entidades privadas para benefício de seus associados?

| | N | % |
|--------|------|------|
| 1. Sim | 2428 | 68,9 |
| 2. Não | 1094 | 31,1 |

Expressiva maioria de 68,9% considera que a AMB deve buscar patrocínios e celebrar convênios com entidades privadas para benefício de seus associados.

56) Como o(a) Sr (a) avalia a atuação da AMB nas seguintes áreas. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso seja muito ruim e 10 caso seja excelente.

| Áreas | Notas | | |
|--------------------------------|-------|-----|-------|
| | MASC | FEM | TOTAL |
| a) Defesa de Prerrogativas | 7,8 | 7,9 | 7,8 |
| b) Representação Institucional | 7,9 | 8,1 | 8,0 |
| c) Prestação de Serviços | 6,9 | 7,2 | 6,9 |

As notas são de aprovação em todos os itens. A atuação com a nota média mais alta é a representação institucional, com 8,0. Em oposição, a atuação com a nota mais baixa é a prestação de serviços.

Testes estatísticos de diferenças de médias apontam que são significativas as diferenças de avaliações entre os gêneros, nas três áreas.

AVALIAÇÃO AMB - magistrados em atividade

| Áreas | MASC | FEM | TOTAL | | |
|--------------------------------|------|-----|-------|-------|------|
| | | | | Sig.* | Sig. |
| a) Defesa de Prerrogativas | 7,5 | 7,9 | 7,6 | Sig.* | |
| b) Representação Institucional | 7,6 | 8,1 | 7,8 | Sig. | |
| c) Prestação de Serviços | 6,5 | 7,1 | 6,7 | Sig. | |

57) Indique o grau de prioridade na atuação da AMB em relação às seguintes áreas:

| Áreas | Prioridade Alta | | Prioridade Média | | Prioridade Baixa | |
|--------------------------------------------|-----------------|------|------------------|------|------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % |
| a) Defesa de Prerrogativas | 3222 | 90,6 | 292 | 8,2 | 42 | 1,2 |
| b) Representação Institucional | 2854 | 80,6 | 645 | 18,2 | 40 | 1,1 |
| c) Prestação de Serviços | 1105 | 31,4 | 1974 | 56,2 | 436 | 12,4 |
| d) Combate à Corrupção | 2064 | 58,9 | 911 | 26,0 | 532 | 15,2 |
| e) Projetos de aproximação com a sociedade | 1686 | 48,1 | 1382 | 39,4 | 440 | 12,5 |

A defesa de prerrogativas é a iniciativa que merece o maior percentual de "prioridade alta" – quase a totalidade dos entrevistados apontou essa alternativa – 90,6%. Em seguida, vem a representação institucional, com 80,6%.

* Sig: Diferença estatisticamente significativa

58) Avalie as seguintes instituições, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

| Instituições Avaliação | Notas | | |
|-----------------------------------|-------|-----|-------|
| | MASC | FEM | TOTAL |
| a) Governo Federal | 2,9 | 2,8 | 2,8 |
| b) Congresso Nacional | 2,9 | 2,7 | 2,8 |
| c) Ministério Público Federal | 7,1 | 7,5 | 7,2 |
| d) Ministério Público Estadual | 6,7 | 6,9 | 6,7 |
| e) Ministério Público do Trabalho | 6,2 | 6,8 | 6,4 |
| f) Advocacia Geral da União | 5,5 | 6,2 | 5,7 |
| g) Defensoria Pública da União | 5,9 | 6,4 | 6,0 |
| h) Defensoria Pública do Estado | 6,0 | 6,3 | 6,1 |
| i) Polícia Federal | 7,5 | 7,7 | 7,5 |
| j) Polícia Militar | 6,1 | 5,9 | 6,0 |
| k) Forças Armadas | 6,5 | 6,3 | 6,5 |
| l) OAB | 5,3 | 5,6 | 5,4 |
| m) Agências Reguladoras | 3,7 | 4,2 | 3,8 |
| n) Comissão da Verdade | 3,6 | 4,4 | 3,8 |

Entre as 14 instituições avaliadas, 10 mereceram notas de aprovação (igual ou superior a cinco) e quatro de reprovação (inferior a cinco).

A instituição mais bem avaliada é a Polícia Federal, com nota 7,5. Em segundo lugar, está o Ministério Público Federal.

A pior nota foi conferida para o Governo Federal e para o Congresso Nacional – 2,8 para cada uma das instituições.

Com exceção das notas médias atribuídas ao Governo Federal e à Polícia Militar, todas as demais avaliações apontam diferenças significativas entre os gêneros.

Avaliação Instituições apenas por entrevistados em atividade

| | | | |
|-----------------------------------|-----|-----|-----------|
| a) Governo Federal | 2,9 | 2,8 | 2,9 |
| b) Congresso Nacional | 2,8 | 2,7 | 2,8 |
| c) Ministério Público Federal | 6,9 | 7,4 | 7,0 Sig*. |
| d) Ministério Público Estadual | 6,4 | 6,8 | 6,5 Sig. |
| e) Ministério Público do Trabalho | 6,0 | 6,7 | 6,2 Sig. |
| f) Advocacia Geral da União | 5,2 | 6,2 | 5,5 Sig. |
| g) Defensoria Pública da União | 5,7 | 6,4 | 5,9 Sig. |
| h) Defensoria Pública do Estado | 5,7 | 6,2 | 5,8 Sig. |
| i) Polícia Federal | 7,3 | 7,7 | 7,4 Sig. |
| j) Polícia Militar | 5,9 | 5,9 | 5,9 |
| k) Forças Armadas | 6,3 | 6,3 | 6,3 |
| l) OAB | 4,7 | 5,5 | 5,0 Sig. |
| m) Agências Reguladoras | 3,4 | 4,1 | 3,6 Sig. |
| n) Comissão da Verdade | 3,5 | 4,3 | 3,8 Sig. |

59) Por fim, como o (a) Sr. (a) se sente em relação ao exercício de sua atividade:

| | N | % |
|----------------------------|------|------|
| 1) muito satisfeito | 1737 | 48,5 |
| 2) medianamente satisfeito | 1599 | 44,7 |
| 3) nada satisfeito | 242 | 6,8 |

As respostas indicam que a maioria se sente “muito satisfeito”. É muito pequeno o percentual dos que responderam “nada satisfeito” – 6,8%.

* Sig: Diferença estatisticamente significativa

RESULTADOS

Pesquisa AMB 2015

COMISSÃO RESPONSÁVEL

João Ricardo dos Santos Costa
Presidente da AMB

Sérgio Luiz Junkes
Vice-Presidente Institucional da AMB

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra
Vice-Presidente de Comunicação da AMB

José Carlos Kulzer
Assessor da Presidência da AMB

Andrea Maciel Pachá
Diretora Cultural da AMB

Gilson Dipp
Ministro do STJ

Rodrigo Colaço
Ex-Presidente da AMB

Cláudio Luis Braga dell' Orto
Diretor-Presidente da ENM

Maria Tereza Sadek
Consultora Científica





AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros